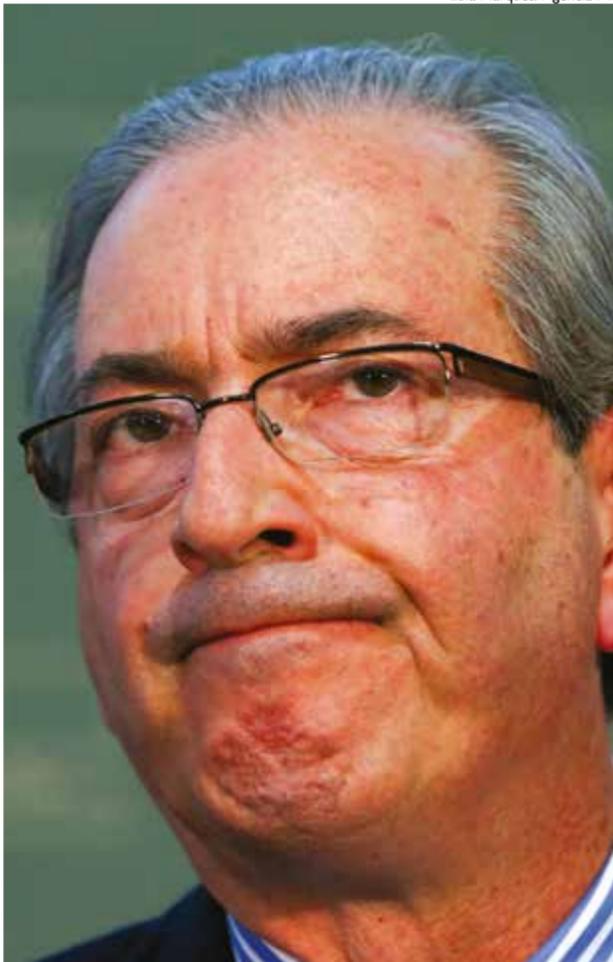
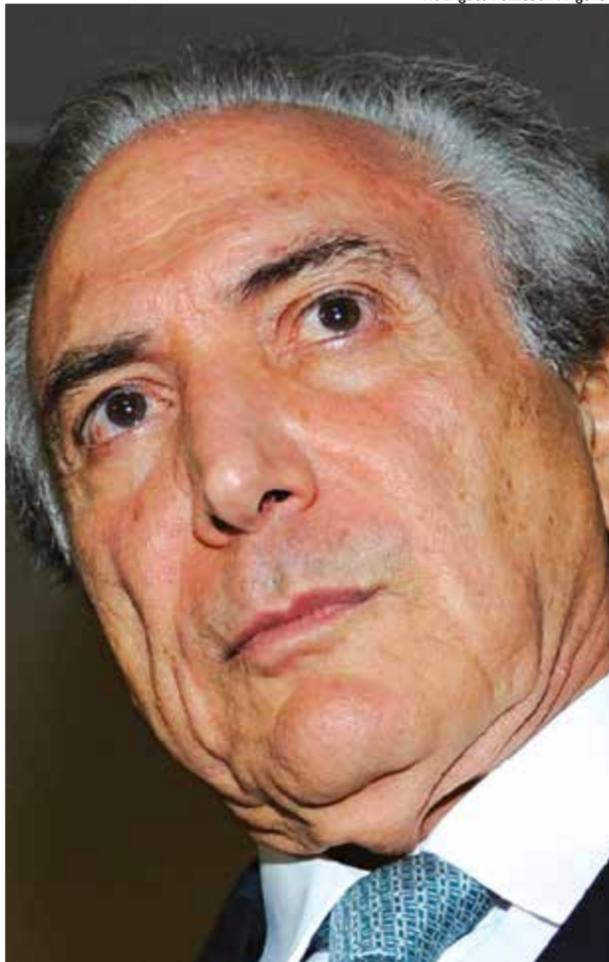


"A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES." (KARL MARX)

Lula Marques/ Agência PT



Rodrigues Pozzebom/ Agência



Lula Marques/ Agência PT



Ataques e resistência marcarão próximo período

Com votações do Congresso Nacional, as massas sabem que um governo Temer não trará nada de bom. Grandes mobilizações se preparam a partir da disposição de luta da classe trabalhadora e da juventude. **PÁG 3**

O que são Assembleias Populares?

PÁG 6



Mandatos marxistas estão ameaçados

PÁG 2



O QUE PENSA O IMPERIALISMO ESSA SEMANA?

Classificado como Levia-tã, o Estado brasileiro precisa de uma urgente redução, de acordo com ensaio “O problema de gigantismo do Brasil”, publicado pelo Wall Street Journal. Contudo, o “inchaço do Estado” do qual fala disfarça a orientação de corte de investimentos em serviços públicos, demissão de servidores públicos e privatização completa dos recursos naturais e das empresas estatais.

Como razões para o atraso e dominação da economia brasileira frente aos países imperialistas, os autores identificam um suposto “nacionalismo” e “fixação do país com o conceito de um Estado gigante

e paternalista”. Fazem parecer autônomos os políticos burgueses do país, e desvinculados dos planos dos EUA.

Ignoram dessa forma os mil fios que ligam os ramos industrial, de serviços e agroindustrial aos interesses das potências dominantes do planeta ao longo das

décadas. Ao invés de um projeto excessivamente “nacionalista”, como apontado pelo jornal, a variada gama de líderes políticos que este país já teve sempre orientou o Brasil para o papel reservado a ele dentro da divisão internacional do trabalho orquestrada pelos organismos mundiais do regime capitalista.



POLÊMICA

Significado da bandeira das Diretas Já para presidente do Brasil ontem e hoje

A grande campanha por eleições diretas para presidente da república, que ficou conhecida como “Diretas Já”, que levou milhões às ruas em 1983-84, tinha naquele momento um caráter revolucionário. O país estava sob a Ditadura Militar e os presidentes eram eleitos pelo voto indireto do Colégio Eleitoral, dominado pela ARENA, o partido dos militares. Os partidos operários estavam na ilegalidade. A oposição oficial aos militares era feita pelo partido burguês de maior expressão no Colégio Eleitoral, o MDB.

Com o regime militar contestado nas ruas, fábricas, universidades e escolas, a bandeira democrática de eleições diretas servia como reivindicação transitória para alavancar a consciência das massas, mesmo tratando-se de reivindicar meramente a democracia burguesa. Era um contexto onde mesmo a versão burguesa fraudulenta de democracia era negada.

Hoje, a mesma palavra de ordem guarda um sentido contrarrevolucionário. Já temos eleições diretas para presidente a cada quatro anos. Apresentar a democracia burguesa já desgastada como solução para a atual crise política é, queiram seus defensores ou não, uma ten-

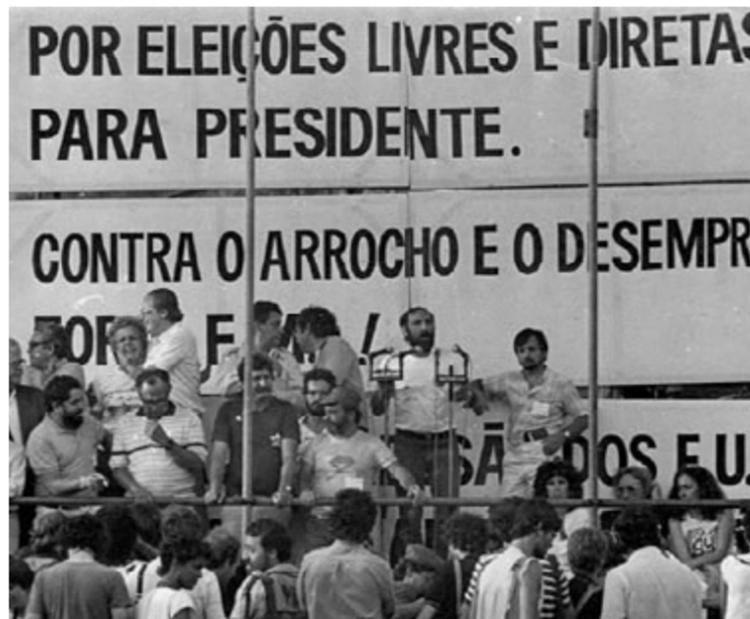
tativa de salvar as instituições do Estado burguês brasileiro.

Os que começam a erguer esta bandeira argumentam que é a maneira de tirar o Temer. Contudo, se é verdade que tiraria Temer, colocaria um outro presidente para aplicar o mesmo programa que ele, mas se valendo de uma certa estabilidade e legitimidade conferida pelo fato de ter sido eleito. Isso não resolveria nossos problemas, e dificultaria a mobilização de massas.

Além disso, a consigna de “eleições para presidente” agora livra a cara do

Congresso Nacional, justo no momento em que se desenvolve um ódio de massas contra essa instituição podre.

Buscar canalizar e organizar a justa indignação popular contra todas as instituições burguesas é tarefa dos revolucionários agora. Nada de reivindicar mais democracia burguesa. Queremos colocar abaixo essa falsa democracia e criar uma verdadeira democracia, de outro tipo: a democracia proletária que está concentrada nas palavras de ordem por uma Assembleia Popular Nacional Constituinte, por um Governo dos Trabalhadores.



Em 1984, palavra de ordem surgiu como protesto contra Ditadura

Quem Somos

A Esquerda Marxista (EM) é uma organização revolucionária de luta pelo socialismo.

Como seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (CMI), participamos em todo o mundo da luta pela abolição do capitalismo e pela República Socialista Universal dos Conselhos.

Lutamos contra a colaboração de classes dos reformistas. Mas, nada temos a ver com os ultraesquerdistas que se dedicam ao divisionismo e ao denunciamento impotente.

Nós lutamos pela unidade e pela independência política da classe trabalhadora. Nosso objetivo é ajudar os trabalhadores e a

juventude revolucionária a construir um partido operário revolucionário e socialista de massas.

A Esquerda Marxista dirigiu as ocupações de fábricas no Brasil lutando por sua estatização sob controle dos trabalhadores. Lutamos por Transporte, Saúde e Educação Públicos e gratuitos para todos. Pela reestatização de tudo o que foi privatizado, contra a criminalização dos movimentos e organizações dos trabalhadores, em defesa das conquistas e reivindicações da classe trabalhadora e da juventude. O capitalismo e seus partidos são nossos inimigos. Lutamos pela revolução e pelo socialismo.

Mandatos da Esquerda Marxista ameaçados

Os mandatos dos dois vereadores da Esquerda Marxista estão sob risco devido aos julgamentos em curso sobre as desfiliações realizadas em 2015. Com a decisão da Esquerda Marxista de sair do PT, os parlamentares Adilson Mariano, de Joinville/SC, e Roque Ferreira, de Bauru/SP, desligaram-se do partido. O fizeram por conta da degeneração do partido, ao estelionato eleitoral promovido por Dilma e às perseguições internas sofridas.

Os advogados que defendem nossos camaradas estão empenhados em demonstrar que a atitude deles não pode implicar em perda de mandato, pois se caracteriza como desfiliação por justa causa. Porém, uma sentença que não considera justificável a desfiliação já foi emitida contra Roque pelo TRE-SP e outra se desenha para Mariano. A batalha no campo jurídico continuará, e campanhas de apoio estão sendo desenvolvidas em ambos os casos.

Ambos foram eleitos com base em uma política que respeitava a Carta de Princípios e o Manifesto de Fundação do PT. Quem mudou de rumos foi o par-

tido, o que ficou claro para a maioria da população com o estelionato eleitoral de 2014 e a ampliação dos ataques a partir de 2015. Os mandatos conquistados sob a política de defesa da classe trabalhadora e da juventude pertencem a Adilson e a Roque, militantes da Esquerda Marxistas que utilizam estes postos para defender uma política classista, contra o capitalismo e a favor da organização das massas sob uma perspectiva revolucionária.

Foice & Martelo

CONSELHO DE REDAÇÃO
Serge Goulart, Alex Minoru,
Caio Dezorzi, Mario Conte.

EDITOR
Johannes Halter

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Rafael Prata MTB nº 40040/SP

DIAGRAMADOR
Evandro José Colzani

jornal@marxismo.org.br
www.marxismo.org.br

Rua Tabatinguera, 318, Centro
São Paulo/SP - CEP: 01020-000
Fone: (11) 3101-8810

EDITORIAL

Perspectivas diante do fracasso das direções dos aparatos

ESQUERDA MARXISTA
jornal@marxismo.org.br

No dia seguinte da votação do impeachment na Câmara de Deputados, quando o Brasil viu o circo de mediocridade e obscurantismo político dos deputados burgueses, a CUT, o MST e o MTST reagiram convocando uma “Assembleia Nacional de Trabalhadores” para o 1º de maio. Sob o impacto do espetáculo do Congresso, ergueram o punho e declararam guerra e luta de classes, auto-organização dos trabalhadores para a luta.

Pura bravata! Durante a semana foram se fazendo de distraídos, mudando as palavras de ordem, chorando pela democracia, convocando shows e atos com “Pula-Pula” e “piscina de bolinhas”, músicos e outros animadores de plateias. A “Assembleia Nacional de Trabalhadores” foi esquecida e substituída pela defesa do governo e da democracia, leia-se: defesa das atuais instituições e deste governo traidor, estelionatário e privatizador.

Foi uma semana, enfim, de mudança de plumagem,

de esquecimento da luta de classes e da tal “Assembleia Nacional de Trabalhadores”. Acabou-se com um 1º de maio com atos fracassados, esvaziados e melancólicos, nutridos por música, cerveja e “atos culturais”. Em SP, os presentes ainda tiveram que ouvir uma Dilma sem rumo, sem política e fazendo seu próprio elogio com a empolgação de um bêbado em um velório.

Reduziram a luta contra o impeachment à defesa do governo, anunciando aumento da Bolsa Família, uma esmola estatal que a Esquerda Marxista sempre denunciou como uma contrarrevolucionária política compensatória ditada pelo Banco Mundial para controlar a luta de classes e impedir explosões sociais. Eles esconderam a verdadeira essência do governo, que é governar para manter o capital e a exploração da classe trabalhadora. E isso os está liquidando no seio da classe trabalhadora e da juventude, que enxergam, mesmo que de forma confusa, o que eles pretendem esconder.

Mas este 1º de maio fra-

cassado demonstrou mais que apenas a falência moral e política das direções que controlam as maiores organizações sindicais e movimentos sociais. Mostrou que elas perderam o poder de convocatória que tinham. Elas convocavam e milhões respondiam aos seus chamados. Agora, não mais. A expressiva venda de jornais Foice&Martelo, da revista América Socialista e a excelente intervenção militante de Liberdade e Luta mostram que temos uma política bem acolhida e um caminho a oferecer.

Os dirigentes da CUT convocaram uma paralização nacional para 10 de maio contra o impeachment. Nem eles acreditam que o país vá parar. No máximo, vão realizar atividades do tipo que fez o MTST, em 29 de abril, trancando ruas e estradas e queimando pneus só com uma vanguarda militante que busca substituir as massas que eles não conseguem mover, buscando dar a impressão de que estão em luta. Este tipo de atitude, de substituir as massas, é profundamente danoso ao movimento e só isola a van-

guarda das amplas massas.

A consciência dos trabalhadores e da juventude já vive à frente destes líderes, que representam o passado e não o sentimento atual das massas. Por isso, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não conseguiu paralisar sequer uma fábrica em defesa do governo Dilma, apesar dos esforços feitos. Os operários não apoiam mais este governo e estão cheios da manipulação destes líderes.

O governo Temer não tem nenhuma chance de frutificar e se manter estável. Saído de uma profunda crise e sem apoio das massas, este governo de ataque só vai aprofundar a crise política e econômica. Com a desconfiança da classe em suas antigas direções, com a raiva em relação ao governo Dilma e a certeza de que o governo Temer não traz nada de bom, as próximas semanas e meses serão de expectativas, de exame das forças, de constatação dos ataques e da procura de um caminho para resistir. Novas lideranças começarão a surgir desde as bases.

As atuais direções majori-

tárias continuarão se movendo à direita, tão “realistas” que são, assim como foi com as direções sindicais na Espanha, na França, na Itália e na Grécia. Todos os seus movimentos e convocatórias terão como objetivo soltar pressão e continuar o jogo. Mas, as massas não vão segui-los e vão lutar.

Como explicou León Trotsky “A roda da história é mais forte do que os aparelhos”. E essa roda é a luta de classes que ninguém pode apagar, nem mesmo o deprimido Lula que tentou durante trinta anos provar que era possível harmonizar capital e trabalho.

Os próximos meses serão um caldeirão fervente no país e uma fábrica de militantes revolucionários para a Esquerda Marxista. Temos uma organização nacional e internacional, um jornal, uma revista teórica, um site bem acessado, militantes animados e aguerridos, métodos proletários, implantação maravilhosa e uma política de combate contra o capital, seus partidos e instituições. Ao combate, camaradas!

NACIONAL

Alta no desemprego do país expressa aprofundamento da crise econômica

ALEX MINORU
alexminoru.sp@gmail.com

A taxa de desemprego, calculada pelo IBGE, fechou o primeiro trimestre de 2016 em 10,9%. Um aumento de 22,2% em relação ao trimestre anterior, encerrado em dezembro.

Este número revela que 11,1 milhões de brasileiros estão à procura de emprego. O IBGE considera para o cálculo apenas aqueles que tomaram alguma providência para conseguir trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa. Ou seja, são excluídos aqueles que desistiram de buscar emprego e os que estão em subempregos.

Os dados do Ministério do Trabalho mostram que, nos últimos 12 meses, 1,85 milhão

de postos de trabalho foram fechados no país. Só no último mês de março, as demissões superaram as contratações em 118.776 vagas.

Todos estes números evidenciam o aprofundamento da crise econômica no Brasil. O país está em uma profunda recessão, sem perspectiva de melhora no horizonte. O ano de 2016 deve fechar com um resultado pior que 2015, que já contou com uma retração de 3,8% na economia.

Diferente da oposição de direita, que coloca toda a culpa da crise no governo Dilma, os marxistas compreendem que o que se passa no Brasil é parte da crise mundial do sistema capitalista.

A traição política de Dilma, Lula e da direção do PT foi sua



Taxa de março alcançou 10,9%

submissão à burguesia durante os últimos 13 anos em que estiveram à frente do governo federal, salvando o capitalismo decadente ao invés de enterrá-lo, prorrogando a exploração da classe trabalhadora, alvo dos ataques de governos e patrões diante da crise.

As 36 medidas da CNI contra os trabalhadores

RAFAEL PRATA
rafaelprataem@gmail.com

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou a Temer as “36 ideias indispensáveis para tirar o país da crise”. O documento afirma que as medidas “devem ser implementadas pelo governo federal imediatamente após o país solucionar a questão política”.

A proposta é uma declaração de guerra contra os trabalhadores. No topo da lista, encontra-se a reforma da Previdência: aumentar a idade mínima, igualar idade mínima entre homens e mulheres, acabar com aposentadoria especial dos professores e desvincular o valor dos benefícios do salário mínimo.

Em seguida, exige desvinculação das receitas do

orçamento, ou seja, extinguir a porcentagem mínima estabelecida em lei para investimentos em saúde, educação etc. Os itens três a seis reivindicam que as negociações coletivas prevaleçam sobre os direitos garantidos na legislação; que se avance no caminho da terceirização e se removam normas de segurança no trabalho.

Já com os itens 12 a 20, o que se pretende é avançar as privatizações em vários setores. As outras propostas requerem mais benefícios para os empresários em termos de legislação, tributação, crédito e inovação tecnológica.

Enfim, querem aprofundar as medidas no sentido que o governo Dilma já vinha adotando. Querem salvar seus lucros à custa do aumento da exploração.

Resolução Política do 5º Congresso da Esquerda Marxista

ESQUERDA MARXISTA
jornal@marxismo.org.br

A burguesia brasileira desatou forças das quais se arrependerá amargamente

A Frente Única dos partidos burgueses decidiu pelo impeachment para estabelecer um governo Temer/Cunha com apoio parlamentar do PSDB, DEM e outros. Este governo será incapaz de se estabilizar e seu advento fez surgir na cena política massas que estão convencidas de que este é um governo de ataque - o que é verdade - e que têm todo o direito de derrubá-lo nas ruas sem esperar nenhuma eleição - o que também é verdade.

Os representantes políticos da burguesia atiraram toda legalidade burguesa - a convivência mais ou menos pacífica entre as classes no quadro definido pelo Estado Burguês - no lixo e se lançaram ao assalto do governo.

A aprovação do impeachment pela Câmara, em 17 de abril, aprofunda a desmoralização das instituições burguesas. O Congresso de Temer/Cunha/Aécio destruiu, em um dia, anos de trabalho de Lula e da direção do PT para alimentar, entre as massas, o respeito às instituições do Estado capitalista, às eleições burguesas, ou seja, ao aparato utilizado pela classe dominante para manter na escravidão a classe trabalhadora e uma enorme massa de jovens e populares, para a contenção da luta de classes.

Desnudou-se, na votação do impeachment, um parlamento formado por uma matilha ultrarreacionária, sem princípios e sem escrúpulos, em nome de deus, família (em geral a própria) e amigos (leia-se suas quadrilhas), clamando pela pátria - como sempre fazem os reacionários.

Estes políticos, unidos pelos interesses mais escusos e privados, ignoram inclusive os avisos de todas as burguesias imperialistas, e deram o toque de derrubada do governo sem que eles próprios tivessem a menor unidade, legitimidade ou popularidade para governar.

Os maiores jornais imperialistas do mundo (New York Times, Wall Street

Journal, Le Monde, Financial Times, The Economist) alertaram estes partidos burgueses provincianos e mafiosos para a aventura em que se metiam se aprovassem o impeachment. Avisaram que era um salto irresponsável no escuro um impeachment realizado por um Congresso onde a maioria é réu ou acusada de corrupção. Alertaram para a criação de uma situação incontrolável e que os defensores do impeachment não tinham nenhum governo minimamente estável para colocar no lugar, ao mesmo tempo em que lançavam uma parte considerável da população numa situação de combate aberto.

Após a votação na Câmara dos Deputados, a imprensa imperialista reafirmou seus alertas. O jornal britânico The Guardian lançou um editorial colocando no título que o impeachment de Dilma é “uma tragédia e um escândalo”, explicando que essa via “longe de ajudar a resolver a polarização política e social, exacerba ambos”. O espanhol El País aponta no mesmo sentido no editorial intitulado “Brasil diante do abismo: o processo de destituição de Dilma não resolve nenhuma das crises do país”. Reportagem da rede de TV estadunidense CNN diz que, no Brasil, estão usando meios “anti-democráticos” para acusar a presidente Dilma. Já a revista The Economist, após publicar uma coletânea das justificativas bizarras utilizadas pelos deputados para votar “sim” ao impeachment, trouxe em sua capa, pela terceira vez, o Cristo Redentor, dessa vez levantando uma placa com “SOS”. A revista aponta a responsabilidade de Dilma pela crise, mas também ressalta que “Toda a classe política decepcionou o país, em um misto de negligência e corrupção. Os líderes brasileiros não vão recuperar o respeito dos cidadãos e superar os problemas econômicos do país a menos que haja uma limpeza geral” e que “aqueles que estão trabalhando pela remoção dela (Dilma) são muito piores”.

Os grandes capitalistas nativos resistiram à ideia do impeachment durante quase um ano (vide declarações no



Antonio Augusto/ Câmara dos Deputados

Votação do impeachment em 17 de abril expôs para a sociedade o lixo humano da Câmara dos Deputados

ano passado da FIRJAN, Itaú, Bradesco, Estadão, O Globo etc.), mas os seus representantes políticos, medíocres e entregues aos seus próprios interesses escusos, de certa maneira, se autonomizaram dos industriais, banqueiros, especuladores e grandes burgueses e iniciaram a via da aventura, da retirada antecipada do governo Dilma.

O que fizeram foi precipitar a crise e iniciar o enterro do regime da Nova República saído da Constituinte de 1988.

Em determinado momento, os verdadeiros burgueses, os capitalistas, se renderam e foram aderindo um a um à política irresponsável de seus partidos ensandecidos na via do impeachment. E os seguiram porque não podiam fazer outra coisa, sob pena de choque e de perder todo contato com seus representantes de dentro do parlamento. Mas, agora, amarraram sua própria sorte à destes políticos franco atiradores.

Estão apostando em um novo governo que proporcio-

ne melhores condições para acelerar os ataques à força de trabalho, reduzindo seus custos e aumentando a exploração direta e indireta, sugando o sangue da vítima, atacando direitos e conquistas da classe trabalhadora. Mas o que se abriu foi um terreno de combate aberto entre revolução e contrarrevolução.

O pano de fundo desta crise e seu aprofundamento acelerado é a crise econômica mundial que atinge o Brasil “blindado” de Lula com toda força. Estamos vivendo a maior recessão da história do Brasil desde 1929. Os dados são claros: a população desempregada total (10,4 milhões de pessoas) cresceu 13,8% (mais 1,3 milhão pessoas) no balanço trimestral que se encerrou em fevereiro de 2016 em relação ao trimestre anterior, de setembro a novembro de 2015, e subiu 40,1% (mais 3 milhões de pessoas) no confronto com o trimestre que se encerrou em fevereiro de 2015. A situação do crescimento do desemprego é mais grave no setor produtivo da economia (indústria) quando é comparada à dos demais setores. Na análise do contingente de ocupados em relação ao trimestre de setembro a novembro de 2015, ocorreram retrações na indústria geral (-5,9%), informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-2,5%) e administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais

(-2,1%). Houve aumento apenas na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (1,9%).

A Esquerda Marxista, assim como outras organizações e muitos ativistas, esteve nas ruas combatendo o impeachment, sem defender o indefensável governo Dilma, que, mesmo sob o ataque da direita, segue com sua submissão ao capital e com os ataques à classe.

Durante anos, a maioria da direção do PT combateu e acusou de lunáticos todos que defendiam a independência de classe, que combatiam a política de colaboração com os capitalistas e exigiam a ruptura, a expropriação do capital e um verdadeiro governo dos trabalhadores.

Estes “brilhantes” dirigentes apresentaram o PMDB, o PP, Maluf, Sarney e Collor como aliados. Ressuscitaram estes cadáveres políticos quando tinham nas mãos as armas para enterrá-los!

Afinal, PMDB, PP, PSD, e outros que eram os “aliados programáticos” de Lula e do PT e PCdoB, desvelaram rapidamente a inutilidade e traição que foi essa política de alianças com os partidos burgueses, de concessão total aos capitalistas, de adesão à política de pilhagem do imperialismo.

Na luta contra o impeachment, o aparato do PT e do PCdoB, a cúpula da CUT, da CTB, da UNE e do MST se lançaram com tudo na arena política com a linha fraudulenta do “Não vai ter golpe” e “Em defesa da democracia”.



LUTA DE CLASSES

Com esta linha, defendiam o governo e o respeito às instituições burguesas, o chamado “Estado democrático de direito”.

A burguesia mostrou, mais uma vez, com a aprovação do impeachment, que esta cantilena de legalidade, de respeito às instituições e à democracia (mesmo esta democracia bastarda) é só para quando se necessita dela para controlar os escravos de baixo. E que só os reformistas acreditam nisso.

Lula e os dirigentes das cúpulas corrompidas do PT e do PCdoB vão continuar clamando por legalidade e respeito às instituições, tentando combater o suposto “golpe” por caminhos institucionais. Não será surpresa se Lula, frente à constituição do governo Temer\Cunha\Aécio, lançar uma palavra de ordem do tipo “Feliz 2018”, como fez em 1989 após a vitória fraudulenta de Collor (Feliz 94), buscando canalizar a revolta para o calendário institucional, impedindo a derrota do governo pelas massas nas ruas.

Isto vai se traduzir em uma linha política de manobras diversionistas e manifestações inócuas cujo objetivo será pressionar para chegar a um acordo com a direita. É a linha do discurso de Dilma, antes da votação, em que afirmava a vontade de fazer um pacto para a retomada do crescimento, ou seja, a formação de um governo de unidade nacional, e de Lula que pedia que o “companhei-

ro Temer, ao final de tudo isso, peça desculpas”.

Lula e Dilma clamaram contra um golpe pensando estar assim salvando as instituições burguesas que agora, consumado o que chamaram de “golpe”, as massas que não desejam e não vão aceitar um governo Temer/Cunha/Aécio, estão em todo o Brasil se sentindo liberadas para lutar, para derrubar nas ruas o governo que se constituiu. Uma coisa se transformou no seu contrário. O freio institucional se transformou numa alavanca de mobilização revolucionária.

A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo (de que a Esquerda Marxista é um dos signatários) já declararam que não reconhecem nenhuma legitimidade num governo saído desse processo e conclamam a mobilização nas ruas para derrotar a direita, convocando uma Assembleia Nacional de Trabalhadores para o 1º de Maio. A Esquerda Marxista se lança a fundo pela vitória desta Assembleia Nacional de Trabalhadores. Aí deve começar um combate para pôr abaixo todas as instituições, para defender a classe trabalhadora e a juventude e abrir o caminho para expropriar os expropriadores.

Nesta luta os principais obstáculos vão ser outra vez Lula e seus seguidores reformistas. Só que agora sua política está ferida de morte. É hora de enterrar a linha de colaboração de classes levantando bem alto a bandeira da

Frente Única pelos direitos e reivindicações imediatas e históricas dos explorados e oprimidos.

Daqui em diante, nenhum governo terá mais qualquer estabilidade, a crise deu um salto e uma nova situação política se abriu no Brasil. Caminhamos aceleradamente em direção a uma situação pré-revolucionária, que poderá resultar em uma crise revolucionária ameaçadora ao Estado burguês. O que falta para isso é a entrada em cena da classe operária com suas bandeiras e métodos de luta.

O Senado se prepara para também aprovar a abertura do processo de impeachment com uma maioria que já se declara a favor. Confirmando-se a aprovação, Dilma será afastada e Temer assume, um governo de mais ataques se instala. Mas é um governo de ataque completamente incapaz de governar sem provocar uma explosão revolucionária.

Eles não têm o apoio firme do capital internacional que, muito justamente, teme a explosão social com a aplicação de um choque contra os trabalhadores. Terão que enfrentar uma classe trabalhadora brasileira que não se sente derrotada. Ela não apoia mais o governo Dilma/PT e isso está claro. Ao mesmo tempo está forte com suas lutas e suas conquistas nas últimas décadas. A classe trabalhadora não quer e vai lutar contra o governo de direita e sua política de aumento da exploração e opressão.

O que vai decidir tudo no próximo período é a entrada em cena da classe trabalhadora e das massas, da juventude, se levantando contra o governo, o Congresso, o Judiciário e por suas próprias reivindicações. As manifestações se transformarão inteiramente. Serão militantes e combativas expressando a vontade de pôr abaixo as classes dominantes e seus representantes.

Nestes combates os marxistas estarão com as bandeiras das reivindicações operárias e da juventude, estarão defendendo a revolução e o socialismo, defendendo não a volta a uma suposta legalidade democrática burguesa, mas a luta pelo socialismo, uma Assembleia Popular Nacional Constituinte, um Governo dos Trabalhadores, que



Política de conciliação dos dirigentes será desafio a ser superado pelas massas

varram o Congresso, o governo e o Judiciário e passem o país a limpo.

Para levantar os trabalhadores e derrubar a classe dominante, seus representantes políticos e econômicos, é preciso impulsionar as bandeiras e os métodos próprios de luta da classe trabalhadora. Não se trata, no Brasil de hoje, de nenhuma falsa luta entre “Democracia” e “Fascismo”, mas da luta entre revolução e contrarrevolução, entre revolução proletária e capitalismo, entre socialismo ou barbárie. E isso só se pode fazer com as armas proletárias e da revolução proletária.

É necessário ressaltar que a propalada “onda conservadora” ou a “ascensão do fascismo” nunca passou de um movimento de minorias pequeno burguesas e de grupelhos fascistóides ultra minoritários, que com a mudança da situação acabaram em um beco sem saída, pois toda a sua campanha patriótica verde e amarela desabou com a provável ascensão de um governo Temer/Cunha/Aécio.

Os mediócrs representantes que a burguesia enviou ao parlamento provocaram uma crise política de dimensões grandiosas no meio de uma profunda crise econômica e abriram uma nova situação política. A burguesia rasgou o papel onde se escrevia “legalidade” e liberou forças que Lula e o PT

conseguiram conter por anos e anos. O Brasil do progresso se sente liberado para derrubar nas ruas qualquer instituição deste país capitalista submetido ao imperialismo e governado por lacaios e sócios mafiosos menores.

Mais uma vez é o chicote da contrarrevolução que empurra para a frente a revolução.

A Esquerda Marxista se declara contra qualquer tentativa já indicada pelo PT de constituir coalizões eleitorais sobre a base da “defesa da democracia e do governo Dilma”. Apoiamos o lançamento de candidatos próprios do PSOL em todos os níveis com as bandeiras necessárias à luta proletária expressas em nossas plataformas.

A tarefa dos militantes da Esquerda Marxista é contatar o mais amplo leque de estudantes e trabalhadores com nossos materiais políticos e discutir, explicar a situação e a saída necessária, que passa pela construção/reconstrução de um partido de classe no Brasil, colocando nossa proposta por uma frente da esquerda unida, e apontando o caminho da abolição da ordem existente, por uma Assembleia Popular Nacional Constituinte, por um Governo dos Trabalhadores.



Palavras de ordem em defesa do governo confundem vanguarda militante

HISTÓRIA/FORMAÇÃO

Assembleias Populares, um dos caminhos das revoluções

RIOBALDO TARTARANA
jornal@marxismo.org.br

Assembleias Populares são uma forma de organização dos operários e camponeses em luta, que elegem representantes revogáveis a qualquer momento e se opõem ao governo existente.

Onde tudo começou Paris, 1871

Esta forma de organização não foi uma invenção dos marxistas ou de qualquer outro socialista. Ela começou na Comuna de Paris (1871) e Marx descreveu assim o seu funcionamento:

“A Comuna era composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser, não um organismo parlamentar, mas um corpo ativo, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e revogável a todo o momento. O mesmo se deu com os outros funcionários de todos os ramos da administração. Desde os membros da Comuna até ao fundo da escala, a função pública devia ser assegurada com salários de operários. Os benefícios habituais e os emolumentos de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram ao mesmo tempo que os altos dignitários. Os serviços públicos deixaram de ser propriedade privada das criaturas do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna.”

Rússia - 1905, 1917

Durou pouco a experiência da Comuna que foi arrasada pela repressão. A segunda experiência que tivemos na história mundial foram os soviets (Conselhos) cons-



Comuna de Paris expressou a vocação das assembleias populares

tituídos por operários de Petrogrado na Revolução Russa de 1905. O nome veio do objetivo inicial dos operários que era “aconselhar” o Czar sobre os problemas do povo. A derrota da revolução terminou com esta experiência.

A revolução de 1917 retoma os soviets. Lenin fez um balanço da Comuna e da revolução de 1905 no livro O Estado e a Revolução, preparando os bolcheviques para a tomada do poder.

Na França de 1871 tivemos um poder em Paris e um poder em Versalhes, que comandou os exércitos que esmagaram o proletariado de Paris. Já na Rússia, os dois poderes “conviviam” em Petrogrado, sendo que os mencheviques e socialistas revolucionários, na

prática, “exerciam” os dois poderes. E como entraram em conflito?

O segredo estava em que o Soviete representava diretamente os operários e camponeses, enquanto que o governo provisório representava a burguesia. Que, momentaneamente, os operários dessem sua confiança a um partido reformista que era maioria no governo provisório, não mudava a essência. Assim, o soviets tomava a decisão de que ele controlava o exército (ordem executiva nº 1) mas nada fazia para tal e o governo provisório continuava o comando real do exército. Os camponeses que compunham a maioria das tropas desconfiavam. E as rebeliões grassavam, assim como a guerra nos campos.



Soviets surgiram em 1905 para aconselhar o Czar da Rússia

A insurreição de outubro, que ocorre pouco depois dos bolcheviques se tornarem maioria nos soviets, colocou tudo a nu: um dos poderes suplantou o outro e os operários e camponeses passaram a governar o país.

Bolívia - 1952, 1971 e 2005/2006

A Bolívia tem uma classe operária concentrada principalmente nas minas. É de lá que partem as milícias operárias que em 1952 destroem todo o exército e, sob impulsão do POR (Partido Operário Revolucionário), constituem a COB (Central Trabalhista da Bolívia), um organismo que tinha, em suas origens, um caráter soviético. Reunindo os sindicatos de mineiros, delegados e sindicatos do campesinato, dos estudantes e professores. A COB, depois do exército ter sido varrido, constituiu um embrião do poder. A central era dirigida majoritariamente pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) e também no governo burguês se instalou o mesmo partido. Porém, o POR não se comportou como os bolcheviques em 1917. Ao invés de exigir “todo o poder à COB”, conciliou com o governo e o resultado foi que o exército foi reconstituído e rearmado pelo imperialismo, ao ponto de a COB regredir e tornar-se uma Central Sindical. Em 1964 um golpe militar encerrou o governo do MNR.

As fricções dentro dos militares, as suas diferentes frações (algumas mais nacionalistas) levaram a que nova revolução fosse feita (1971) e instalado um “Comando Político e de Luta” por iniciativa da COB. O governo do general Torres tenta a manobra feita em 1952, para integrar a COB ao governo, desta vez sem sucesso.

A Assembleia Popular reúne-se em primeira sessão e delibera pela realização de assembleias em todo o país. A repressão se arma, o exército se reunifica sob a batuta dos EUA e a Assembleia é dissolvida, seus líderes exilados ou presos.

As Assembleias Popula-

res ressurgem na Bolívia, em 2005/2006, num momento onde a insurreição operária havia destruído o governo, o aparelho de Estado e dissolvido as forças de repressão. Entretanto, com a recusa da direção da COB de tomar o poder Evo Morales é eleito presidente (dezembro 2005) num momento em que Assembleias Populares cobriam o país. Evo organiza uma Assembleia Constituinte que reconstituiu o estado burguês desmantelado.

Tiago Lopes Fernandez



Assembleias bolivianas lideraram processos revolucionários

É possível ter novas Assembleias Populares?

As revoluções encontram seus próprios caminhos. E muitas delas, ainda que sem a intervenção dos marxistas, constroem seus órgãos de poder, como soviets ou assembleias populares. Mas sem um partido proletário organizado, o caminho que estes organismos trilham é ou de serem integrados e cooptados pela burguesia, ou serem destruídos pela repressão. A batalha dos marxistas, respeitando os tempos e ritmos que o proletariado terá que passar, é, ao mesmo tempo, ajudar as diferentes lutas a centralizar-se em direção à construção do seu próprio poder (Assembleia Popular) e, de outro lado, ajudar na tarefa de construção de um partido revolucionário marxista que possa levar a revolução à vitória.

INTERNACIONAL

Argentina entra na rota dos países em convulsão social

Ascensão de Macri expressou mais um fracasso da política de colaboração de classes aplicada pelos reformistas

FRANCINE HELLMANN
hellmann.francine@gmail.com

O presidente da Argentina, Mauricio Macri, enfrentou na última semana de abril sua primeira derrota no Parlamento. A oposição, que começa a se reorganizar, propôs e aprovou no Senado um projeto que proíbe demissões nos setores público e privado pelos próximos 180 dias. Durante este período, a multa para despedir alguém seria dobrada, tornando-a inviável.

A derrota no Senado, onde o projeto foi aprovado por 48 votos contra 16, expôs ao mundo a fraqueza disfarçada de Macri. Ele havia conseguido unir os parlamentares para aprovar o acordo com os fundos abutres e, logo após, posou em fotos internacionais com o presidente

dos Estados Unidos, Barack Obama. No entanto, seus 15 minutos de fama começam a acabar e a Argentina sente duramente os impactos de sua austeridade.

No fim da mesma semana, no dia 29 de abril, os sindicatos realizaram uma manifestação com cerca de 100 mil pessoas. Eles apoiavam o projeto de lei contra as demissões e manifestavam-se contra as medidas de austeridade do novo governo. Este foi um ato raro de união sindical no país, que exibiu força. As massas não suportam outra profunda deterioração em suas condições de vida. Nas últimas semanas houve várias greves gerais das Centrais Estatais e manifestações ocorreram em diversas universidades.

Até o momento, Macri

demituiu mais de 20 mil servidores públicos. No setor privado, estão ocorrendo suspensões, adiamento de férias e mais 100 mil já foram despedidos. Programas sociais também estão sendo desmantelados. Em apenas 120 dias de governo, 1,5 milhões de pessoas passaram para baixo da linha da pobreza.

Macri trabalha pelos interesses da parcela do empresariado argentino e internacional mais sedenta pelo aumento da exploração dos trabalhadores, na tentativa de salvar os lucros e o próprio sistema capitalista em meio à crise financeira internacional. Com suas próprias características, esta é a mesma situação enfrentada pelo Brasil, Espanha, Grécia, Itália, França, entre inúmeros outros países.

Essa receita, no entanto, gera consequências sociais graves, revolta e descrédito nas instituições. Tudo isso empurra as massas a buscar alternativas de luta. A burguesia sabe disso e em todo o mundo divide-se na defesa de diferentes formas para fazer a mesma coisa: atacar os trabalhadores. A própria União Industrial Argentina avisava há pouco tempo que o governo Macri parecia querer suicidar-se com a forma como aplicava seu pacote de austeridade. A lei contra demissões é uma tentativa de boa parte dos parlamentares se descolarem da imagem impopular de Macri.

O mais provável é que nos próximos dias a Câmara também aprove o projeto, pois o presidente tem o apoio de apenas 90 dos 257 deputados.

Ele deverá vetar o projeto, colocando-o em rota de colisão com o povo trabalhador. O futuro reserva à Argentina novos capítulos de convulsão social.

Casa Rosada/ Gobierno de Argentina



Macri estreita laços com os EUA

Pela imediata soltura dos indonésios Hakam e Agus

ALEXANDRE MANDL
alexandremandl@yahoo.com.br

Abdul Hakam e Agus Budiono foram presos devido a uma condenação de três meses, por sua atividade sindical. Eles são acusados sob a “lei do ato desagradável” (espécie de “incitação ao crime” por provocar e organizar uma mobilização dos trabalhadores). Seu único crime na verdade foi estar ao lado dos trabalhadores.

Hakam é membro do Militan Indonesia, seção da CMI na Indonésia, e, assim como Agus, é dirigente do sindicato FSBPI-Kasbi Gresik. Ambos são lutadores populares vítimas da reação dos patrões, em conluio com o Estado e suas instituições. Eles foram os principais dirigentes da organização da luta contra a terceirização na Petrokimia Gresik, uma planta petroquímica estratégica e enorme. Hakam é um marxista em um país onde o marxismo é ilegal. Entrando na prisão, ele levou em suas mãos, orgulhosamente, o li-



Marxistas expressam solidariedade no 5º Congresso da EM

vro de Leon Trotsky, “Revolução Permanente”.

Exigimos suas solturas, imediatamente, assim como a anulação de todos os processos e perseguições.

A campanha já está em andamento. As entidades e organizações devem enviar mensagens de solidariedade e, se possível, organizar contribuições financeiras para ajudar a retirar os camaradas da prisão e sustentar as duas famílias enquanto estiverem presos, além de poder compartilhar suas fotos em mídias sociais com a hashtag #FreeHakamAndAgus.

Movimento Noites em Claro faz a burguesia francesa perder o sono



Jovens franceses reúnem-se em praças para debater seus problemas

ARTHUR PENNA
thurpenna@gmail.com

As revoltas da juventude já não são exclusividade de países pobres e dominados. No coração do sistema, milhões de jovens tomam as ruas para defender seus direitos e conquistas, que, assim como no resto do mundo, estão sob intenso ataque da burguesia, desesperada para salvar seu sistema moribundo.

O mais recente exemplo é o impressionante movimento de jovens que tomou as cidades da França. Fundado no dia 31 de Março deste ano, o Nuits Debout (Noites em Claro, em

francês) representa o ápice de uma série de mobilizações contra a burguesia francesa e seu estado que, assim como seus pares no mundo todo, querem passar a conta da crise para os trabalhadores.

O movimento tem suas origens nas mobilizações de 2011, quando uma tentativa de ocupar a Esplanada da Defesa falhou. Cinco anos depois, o lançamento da Lei do Trabalho pelo governo Hollande fez com que milhares de pessoas ocupassem a Praça da República, em Paris, para expressar sua rejeição a um governo “socialista” que se limita a aplicar o programa do capital.

Todas as noites, a praça é tomada por jovens sem muita experiência na política, mas com grande desejo de lutar por uma saída. Embora reconheçamos que o Noites em Claro joga um papel positivo ao atrair jovens ativistas, as tarefas colocadas para o próximo período, na França e no mundo, exigem o aprofundamento das táticas de luta.

A exemplo do movimento Occupy nos EUA, dos Indignados na Espanha, da ocupação da Praça Syntagma na Grécia, o espontaneísmo é a marca principal do Noites em Claro. Os jovens se reúnem à noite para discutir política e protestar, voltam para suas casas e regressam na noite seguinte. Apesar de ter seus já mencionados méritos, a mobilização atual da juventude radicalizada só triunfará se aliar-se aos trabalhadores na promoção de uma greve geral prolongada. Somente com perspectiva e organização de classe podemos almejar a vitória final contra esse sistema.

JUVENTUDE

Escola Sem Partido organiza ataque às liberdades democráticas em todo o Brasil

EVANDRO COLZANI
evandrocolzani@gmail.com

No dia 26 de abril, a Assembleia Legislativa de Alagoas derrubou o veto governamental ao Projeto de Lei "Escola Livre". Esse PL é uma versão da Lei da Mordada, a mesma que está em tramitação na cidade de Campo Grande (MS) e em discussão em mais de dez estados.

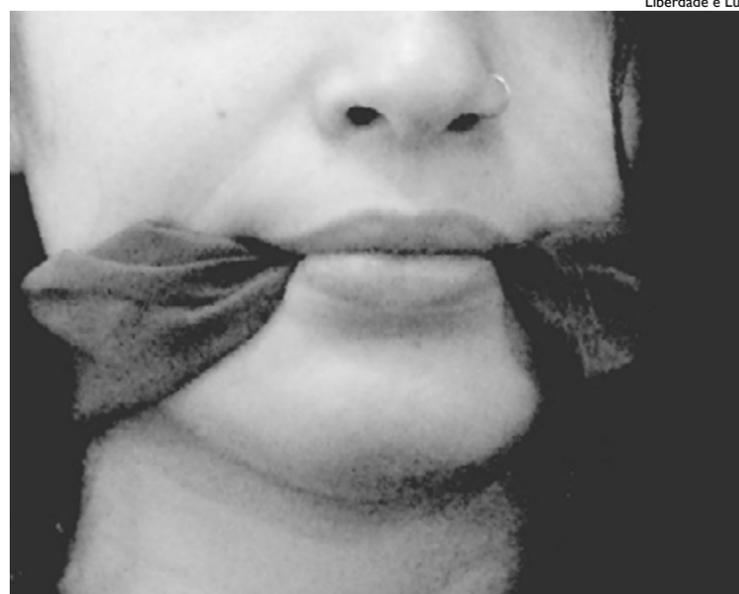
A Escola Sem Partido (ESP) é a Organização Não Governamental (ONG) que está arquitetando a aprovação dessas leis pelo país. Ela também busca aprovar dois projetos de lei na Câmara de Deputados, um para modificar as diretrizes e bases da educação nacional (PL 7180/2014), dando um caráter nacional para a Lei da Mordada, e outro (PL 1.411/2015) que criminaliza o professor que emite sua opinião política na sala de aula.

Alagoas tem o maior índice de analfabetismo do país e a preocupação dos parlamentares e da ESP está em limitar

a liberdade de expressão dos professores. Argumentam que querem defender a educação e proteger nossos filhos da "ideologização". Pura hipocrisia. A aprovação dessas leis é um retrocesso de centenas de anos, é a privação ao acesso à história da humanidade.

A ESP é coordenada pelo reacionário Miguel Nagib e apoiada por um conjunto de figuras conhecidas que são parte da escória da política brasileira, como o jornalista Rodrigo Constantino, "intelectuais" que usam Olavo de Carvalho como base para seus artigos e citações, e políticos como Marcel van Hattem, fundador Movimento Brasil Livre. Os deputados e vereadores que estão encabeçando os projetos em suas cidades e estados são em sua maioria do PSDB, PMDB e PP.

Essa ONG possui dinheiro, é organizada e precisa ser combatida. Essa é a tarefa dos marxistas e daqueles que lutam pela liberdade de expressão. Não podemos recuar nem um milímetro. Defende-



Liberdade e Luta

ONG age contra direitos conquistados na luta contra a Ditadura

mos a escola pública, gratuita e laica, com liberdade de expressão para professores e estudantes.

Em cada lugar onde esses atrasados tentem cercear nossos direitos, estaremos em pé e prontos para derrotá-los. Nossa luta, hoje, é pela revogação imediata da Lei da Mordada nas cidades e estados em que ela foi aprovada.

Convocamos todos os professores, jovens, pais e ativistas a engajarem-se na luta por uma escola livre, onde o conhecimento seja uma busca permanente, onde nenhuma pessoa será discriminada por sua ideologia, religião ou orientação sexual. Onde possamos divergir e aprender uns com os outros e com a história.

Ocupações no Rio de Janeiro e em São Paulo evidenciam radicalização da juventude

FELIPE ARAUJO
felipe.araujo87@hotmail.com

As ocupações das escolas no Rio de Janeiro e em São Paulo seguem com muita energia, mesmo tendo que enfrentar todo tipo de ataque das direções escolares e do governo. A verdade é que essa organização toda assusta a burguesia, e por isso ela tem usados novos métodos pra enfraquecer a luta. Essa é a principal arma para a burguesia se manter no poder: dividir a classe trabalhadora.

As direções das escolas fluminenses estão fazendo um "ótimo" trabalho de militância contra as ocupações: oprimem os estudantes mais animados, amedrontam os grêmios, criando mentiras para enganar

os responsáveis e, inclusive, puxam assembleias com a desculpa de discutir a ocupação, mas que têm por objetivo desmoralizar a ação dos estudantes e criar um movimento de desocupa. Nesse cenário, os professores em greve estão sendo perseguidos e culpabilizados pelas ações dos estudantes em ocupação. Contudo, os estudantes não precisam do professor para ver a situação precária da educação pública e se colocar em luta contra essa situação.

Os estudantes em ocupação estão unindo suas forças e com isso se dando conta de que os problemas de suas escolas não são problemas isolados, e por isso exigem uma luta em frente única. Essa luta muitas vezes se dirige à dire-

ção, ou ao governador, mas no fundo só pode ser resolvida confrontando o próprio sistema capitalista.

Nós apoiamos todas as pautas de reivindicações que lutem pela educação pública. Estamos ao lado dos estudantes que ocupam as escolas. Defendemos que os estudantes têm o direito de se organizar politicamente nos grêmios livres, sem o policiamento das direções. E que devem se utilizar das entidades estudantis para que suas demandas sejam ouvidas.

O descaso com a educação é o descaso com toda a classe trabalhadora, afinal, é nas escolas públicas que estão seus filhos. Por isso a luta das ocupações deve seguir construindo assembleias para decidir o

rumo da educação pública e construir coletivamente (jovens e trabalhadores) uma saída para a crise que atenda os interesses dos explorados e oprimidos por esse sistema.



Guilherme Carvalho

Ocupações pautam demandas estudantis ignoradas pelo Estado



Presidente da UNE, Carina Vitral, expressa capitulação política

Por que a UNE defende o governo?

Desde 2003, quando Lula assumiu a presidência da República, a UNE está em perfeita sintonia com o governo federal. De Gustavo Petta a Carina Vitral, a UNE é extensão do governo de colaboração de classes.

É essa profunda ligação que move a direção majoritária da UNE para defender o governo, quando na verdade eles mesmos ratificaram as medidas que levaram o governo à atual situação, aceitando inclusive na posse da atual direção, na qual Kassab representou o governo, corroborando com toda a política de aliança com a burguesia. Kassab mostrou a quem tem servido a UNE.

Mas Kassab na posse da UNE não é nada diante do silêncio em relação à lei antiterrorismo, à incapacidade de ser protagonista nas jornadas de junho de 2013, à paralisia frente à aprovação de cobrança em universidades públicas, mas principalmente é muito menor que o abandono da sua carta de princípios de 1979. O fato é que a UNE de luta é apenas uma página na história e nos últimos anos o que se viu foi o distanciamento da direção de sua base com congressos chamados com base nas festas e shows.

A UNE não acabará com o fim desse governo. Sua história é muito mais sólida que o maltrapilho governo de colaboração de classes encabeçado pelo PT. Mas seu futuro como entidade de luta dependerá do que será feito daqui para a frente. É fundamental que a entidade retome suas bandeiras históricas, que a educação pública, gratuita e para todos seja o centro da vida da entidade.